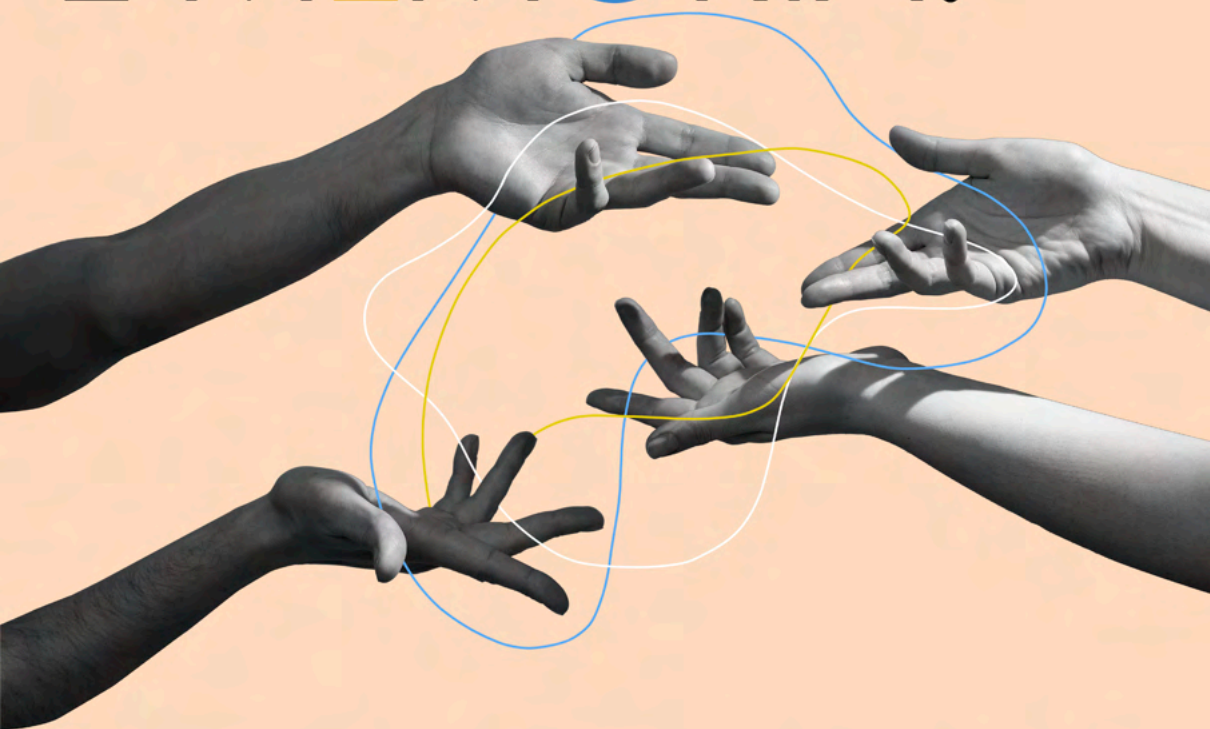


# CULTURA, SOCIEDADE E MEMÓRIA:



Manifestações e influência na atualidade

Edwaldo Costa  
Rodrigo Daniel Levoti Portari  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# CULTURA, SOCIEDADE E MEMÓRIA:



Manifestações e influência na atualidade

Edwaldo Costa  
Rodrigo Daniel Levoti Portari  
(Organizadores)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Cultura, sociedade e memória: manifestações e influência na atualidade

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo

**Correção:** Flávia Roberta Barão

**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga

**Revisão:** Os autores

**Organizadores:** Edwaldo Costa  
Rodrigo Portari

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C968 Cultura, sociedade e memória: manifestações e influência na atualidade / Organizadores Edwaldo Costa, Rodrigo Portari. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-663-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.635212311>

1. Cultura. 2. Sociedade. 3. Memória. I. Costa, Edwaldo (Organizador). II. Portari, Rodrigo (Organizador). III. Título.  
CDD 306.098

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Este e-book são manifestações e influência da fecunda e complexa experiência humana na atualidade, vista aqui pelo prisma do tripé Cultura, Sociedade e Memória, novelo que dá título à obra. Com visão multidisciplinar, os artigos científicos elucidam a cultura numa abordagem abrangente, como um conjunto de relações humanas, em suas formas materiais e imateriais, o que revela a diversidade cultural presente nos temas do cotidiano. Seguindo esse horizonte, são abordadas: arte e cultura na área da enfermaria de Pediatria do Hospital de Clínicas da Unicamp; o sagrado e a simbologia da benzedura; lutas e resistência na conservação da cultura folclórica; análise das obras com bonecas de Hans Bellmer e Gérard Quenum, a partir das questões de representação, infância, violência e sexualidade; Mia Couto: memória e 'tradução cultural' em O Último Voo do Flamingo; reflexões sobre as relações entre arte brasileira, meio-ambiente e as novas tecnologias; projetos culturais Guarani Mbya; a ressignificação e a remontagem de materiais com filmes do expressionismo alemão; a experiência formativa proposta na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); inclusão e exclusão de pessoas com deficiência em contextos de preconceito na educação não formal; psicólogos/as e suas falas sobre jovens pobres: formação e práticas de exclusão social; abrigos de bondes em salvador e; mulheres compositoras no Pará, recuperando suas identidades, práticas e produções artísticas. Ao longo dos doze capítulos que integram o e-book, uma diversidade de temas e recortes são elencados, abordando as relações entre cultura, sociedade e memória colocando em cena seus processos de construção, afirmação e resistências. Um dos objetivos deste e-book é propor análises e fomentar discussões a partir de diferentes pontos de vista: político, social, filosófico e literário. Como toda obra coletiva, esta também precisa ser lida tendo-se em consideração a diversidade e a riqueza específica de cada contribuição. Por fim, espera-se que com a composição diversa de autores e autoras, temas, questões, problemas, pontos de vista, perspectivas e olhares, este e-book ofereça uma contribuição plural e significativa.

Edwaldo Costa  
Rodrigo Portari



## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1..... 1

ARTE E CULTURA NAS ENFERMARIAS – A HUMANIZAÇÃO ATRAVÉS DAS VIVÊNCIAS CULTURAIS


Geraldo José Camargo  
Celso Ribeiro de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123111>

### CAPÍTULO 2..... 3

A MÍSTICA E OS MITOS DA FLORESTA NA BENZIÇÃO AMAZÔNICA


Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123112>

### CAPÍTULO 3..... 15

GUERREIRO SÃO PEDRO ALAGOANO: LUTAS E RESISTÊNCIA NA CONSERVAÇÃO DA CULTURA FOLCLÓRICA (MACEIÓ, 1990- 2020)


Verônica Lopes dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123113>

### CAPÍTULO 4..... 27

MIA COUTO: MEMÓRIA E ‘TRADUÇÃO CULTURAL’ EM *O ÚLTIMO VOO DO FLAMINGO*

José Paulo de Lemos e Melo Cruz Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123115>

### CAPÍTULO 5..... 44

O MANIFESTO PAU-BRASIL DEPOIS DA BIENAL INCERTEZA VIVA: REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE ARTE BRASILEIRA, MEIO-AMBIENTE E AS NOVAS TECNOLOGIAS


Italo Bruno Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123116>

### CAPÍTULO 6..... 55

PROJETOS CULTURAIS GUARANI MBYA: *PROAC INDÍGENA*

Alzira Lobo Arruda Campos  
Marília Gomes Ghizzy Godoy  
Mônica Salles da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123117>

### CAPÍTULO 7..... 71

REOLHAR DO MEDO

Vitor Henrique Teodoro de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123118>

### CAPÍTULO 8..... 76


“PRECISA-SE” DE UM NOVO TRABALHADOR PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA

## ANÁLISE SOBRE A EXPERIÊNCIA FORMATIVA PROPOSTA NA BNCC

George Ivan da Silva Holanda

Gabriela Barbosa Guimarães

Suélen Keiko Hara Takahama

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6352123119>

### **CAPÍTULO 9..... 87**

#### **INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM CONTEXTOS DE PRECONCEITO NA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

Francisco Renato Silva Ferreira


Miguel Melo Ifadireó

Vanessa de Carvalho Nilo Bitu

José Willyam de Sousa Silva

Alyne Andrelyna Lima Rocha Calou

Cecília Bezerra Leite


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63521231110>

### **CAPÍTULO 10..... 95**

#### **PSICÓLOGOS/AS E SUAS FALAS SOBRE JOVENS POBRES: FORMAÇÃO E PRÁTICAS DE EXCLUSÃO SOCIAL**

Vladya Tatyane Pereira de Lira

Fatima Maria Leite Cruz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63521231111>

### **CAPÍTULO 11..... 109**

#### **ABRIGOS DE BONDES EM SALVADOR**

Manuella Araújo de Souza

Cybèle Celestino Santiago


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63521231112>

### **CAPÍTULO 12..... 122**

#### **MULHERES COMpositoras: CANÇÕES DA *BELLE ÉPOQUE* À PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO PARÁ**

Dione Colares de Souza

Leonardo José Araujo Coelho de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63521231113>

### **SOBRE OS ORGANIZADORES ..... 134**

### **ÍNDICE REMISSIVO..... 135**

## PROJETOS CULTURAIS GUARANI MBYA: PROAC INDÍGENA

Data de aceite: 01/11/2021

### **Alzira Lobo Arruda Campos**

Livre-docente em Metodologia da História da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA); Doutora e Mestra em História Social (USP/SP); Docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA/SP)

### **Marília Gomes Ghizzy Godoy**

Doutora em Psicologia Social (PUC/SP); Mestre em Antropologia Social (USP/SP); Docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA/SP)

### **Mônica Salles da Silva**

Mestrado no Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (UNISA), Docente do Curso de Pedagogia (UNISA)

Artigo publicado em Políticas Culturais em Revista, Salvador, v. 11, n. 1, p. 344-367, jan./jun. 2018. Cult. Rev., Salvador, v. 11, n. 1, p. 344-367, jan./jun. 2018.

**RESUMO:** No âmbito das políticas públicas de inclusão e com o foco nos conceitos de interculturalidade e etnicidade, tomados como vetores necessários para que se entenda o panorama sociocultural brasileiro, analisa-se o Programa de Ação Cultural da Secretaria Estadual de Cultura (ProAC Indígena SEC-SP) relativo aos indígenas. Para tanto, esta análise

escolhe como recorte empírico os projetos culturais desenvolvidos nos 12 anos de vigência do ProAC Indígena no estado de São Paulo, os quais revelam os sentidos mítico e profético, norteadores das experiências tradicionais, que refletem a identidade cultural e étnica de seus atores sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas de Cultura (ESP). Edital ProAC. ProAC Indígena. Guarani Mbya.

**ABSTRACT:** In the public politics of inclusion scope, and having as a focus the concepts of interculturality and ethnicity, taken as necessary vectors for the understanding of the Brazilian socio-cultural panorama, we analyze the Indigenous ProAC, ESP (Program of Cultural Action of the State Department of Culture associated to the indigenous people). For this purpose, this analysis chooses as an empiric cropping of the cultural projects developed throughout the twelve years of duration of the Indigenous ProAC in the State of São Paulo. These projects, in which there is the predominance of the Guarani Mbya initiatives, reveal the prophetic and mythical meanings as guiding elements of the experiences for particular, traditional and exclusive purposes, which reflect the cultural and ethnic identity of their social actors.

**KEYWORDS:** Public Politics of Culture (ESP). ProAC Statute. Indigenous ProAC. Guarani Mbya.

### **INTRODUÇÃO**

Diante do perigo invasivo de uma

universalização cultural, como decorrência da chamada “globalização”, as políticas públicas de cultura enfrentam o desafio de assegurarem um espaço capaz de articular o Estado com os direitos humanos, originados da sociedade civil brasileira. Nesse espaço, ocupam lugar prioritário estudos sobre as identidades culturais vistas em suas diversidades pluralistas e particulares, estudos esses que se fortaleceram a partir dos anos 1960, que vêm enfatizando a legitimidade de etnias subalternas adquirirem legitimidade nos quadros institucionais brasileiros.

Como resultado dessas posturas, as memórias étnicas têm sido valorizadas e adquirido espaços de autoidentidade, com o apoio na Constituição de 1988 (artigos 215, 216 e 231), quando se reconheceu o valor imaterial dos bens culturais e o reconhecimento dos direitos legítimos à autonomia social e cultural de todos os grupos étnicos que compõem a nação. Essa conquista seguiu as tendências internacionalistas, já presentes na Convenção nº 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, ratificada pelo governo brasileiro em 2002 e em 2004 (Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004). Em vertente similar, deve ser citada a Declaração de 13 de setembro de 2007 das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais, compondo uma legislação sobre a necessidade de se organizarem espaços juridicamente estruturados para a consolidação e valorização jurídica e social das populações indígenas, no campo das etnias e da cultura.

Os mecanismos presentes na construção dos conceitos atinentes à diversidade cultural brasileira ganharam uma expressividade maior pela presença de movimentos sociais descentralizados, contrários à dominação histórica e monopolizadora do governo central (CUCHE, 1999). Dessa forma, as demandas indígenas sobre o reconhecimento de suas identidades como próprias seguem estratégias destinadas à consolidação de estruturas de participação levantadas por uma política indigenista que contempla a saúde, a educação, a esfera de produção e outros setores da realidade nacional a partir de uma autonomia cultural objetiva. Autonomia ancorada no reconhecimento do caráter multicultural e da pluralidade de identidades culturais, que passou a fazer parte da construção histórico-social dos direitos de cidadania dos indígenas brasileiros.

Com o objetivo, ademais, de valorizar a pluralidade no âmbito das políticas culturais, este artigo implica a compreensão das dinâmicas sócio-históricas direcionadas ao desenvolvimento de projetos participativos dos indígenas, tomando, como exemplo, o Programa de Ação Cultural Indígena, da Secretaria Estadual de Cultura (ProAC Indígena, SEC-SP), especialmente no capítulo identificado pela participação dos indígenas, particularmente dos Guarani Mbya.

## **METODOLOGIA**

Ao lado dos dados documentais e históricos a respeito das políticas públicas de

cultura e da emergência contidas no Edital ProAC Indígena (ESP), observam-se dados representativos dos investimentos realizados, por meio dos 12 editais proclamados entre os anos de 2006 a 2017, expressos por quadros referentes aos títulos dos projetos. Esse procedimento permite a configuração de um material expressivo sobre o processo político e as iniciativas culturais dos indígenas. Os temas culturais presentes nos títulos dos projetos remetem ao universo simbólico de origem étnica, permitindo a compreensão dos interesses subjetivos à linguagem comprometida com aspectos étnicos e culturais indígenas. Assim, uma vez levadas em conta as estruturas de convivência grupal extraídas por observação direta e indireta das iniciativas tomadas pelos autores dos projetos, torna-se possível verificar o sentido de identidade e etnicidade por eles proposto. Desse modo, o caráter de bem cultural de muitas iniciativas ao longo dos 12 anos de atuação do ProAC Indígena demonstra que os registros existentes em seus arquivos devem ser avaliados como partes integrantes do patrimônio cultural (filmes, CD, livros).

## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: DO ERUDITO AO POPULAR**

No campo das iniciativas políticas de cultura, o rumo das ações estatais é ressaltado historicamente pela presença de iniciativas marcadas pelo cultivo de símbolos formadores da nacionalidade, privilegiando-se, como patrimônio cultural brasileiro, obras artísticas provenientes de setores sociais dominantes, por tal motivo consideradas como “eruditas”. Com essa visão esquemática, as manifestações populares na arte ficaram delegadas como pertencentes ao folclore nacional. Como é assinalado por Botelho (2001, p. 74), o reconhecimento de que a dimensão antropológica da cultura abrange “tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” exigiu a reorganização das políticas referentes à distribuição de recursos econômicos. A efetivação de políticas públicas concernentes a práticas culturais populares constitui uma iniciativa recente, característica dos tempos atuais, que se choca, por vezes, a afirmações acadêmicas relacionadas à longa trajetória elitizada das políticas e da cultura no Brasil (CALABRE, 2007). Por meio das expressões autoritarismo, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios, registram-se considerações diversas sobre a história do desempenho político de grupos sociais interessados na defesa dos indígenas, na área cultural (RUBIM, 2007, p. 11).

Inserindo-se no contexto balizado pelos conceitos de urbanização, modernismo cultural e construção centralizada do estado nacional, os anos 1930 procuram legitimar a inauguração de políticas culturais no Brasil, destacando-se, nesse processo, as iniciativas de Mário de Andrade, que assumiu o Ministério da Saúde (criado em 1930) no período de 1934 a 1935 (RUBIM, 2007, p. 13), criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como o exemplo clássico de sua atuação frente ao Ministério. A partir de então, a cultura, de forma ampla, passou a abranger iniciativas populares, representativas de acervos culturais, movimento que se consolidou com a atuação do ministro Gustavo

Capanema (RUBIM, 2007, p. 13). Nesse momento, a valorização do nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro introduziram-se como raízes ideológicas das políticas culturais e ganharam legitimidade por meio de várias instituições (RUBIM, 2007, p. 16-17), dentre as quais se destacaram o Instituto Nacional do Livro, fundado em 1937 e o Conselho Nacional de Cultura, em 1938 (RUBIM, 2007, p. 17).

No período seguinte, de 1945 a 1964, houve poucos ganhos a pautar o contexto político cultural, marcado, tão somente, por ações pontuais: a instalação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (1953), a expansão das universidades públicas nacionais, a Campanha de Defesa do Folclore e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) (RUBIM, 2007, p. 18). Em âmbito mais amplo, foi notável o crescimento e a consolidação dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, além do cinema e da criação do Conselho Nacional de Cultura<sup>1</sup> (CALABRE, 2007).

A maior institucionalização no campo da produção artística-cultural e origem de uma política nacional ocorre na ditadura militar (CALABRE, 2007; RUBIM, 2007). Nesse momento, o controle dos meios audiovisuais e a formação de uma estrutura de telecomunicações marcam simbolicamente a política autoritária na ordenação nacionalista de uma cultura mediática.

Em 1975, a implementação de um plano nacional de cultura impulsionou várias instituições, tais como o Conselho Nacional de Cinema (1976), a Rádiorbrás (1976), a Fundação Pró-Memória (1979), o Conselho Nacional de Direito Autoral e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CALABRE, 2007; RUBIM, 2007). Nesse período, destacaram-se o movimento de formação da FUNARTE e as iniciativas de Aloísio Magalhães, marcados pela renovação dos temas patrimoniais, com a introdução de uma concepção “antropológica” na identificação de bens culturais (RUBIM, 2007, p. 22). O Ministério da Cultura surge no governo Sarney, quando se aprovou a primeira lei de incentivos fiscais (1986), conhecida como Lei Sarney, com o objetivo de se investir na área cultural. Essa lei foi aperfeiçoada nos anos 1990-1991, com a Lei Rouanet. No governo de Itamar Franco, foi extinto o Ministério da Cultura e recriada a FUNARTE. Nesse governo, impôs-se um modelo de incentivos fiscais, considerado de natureza neoliberal, que, por meio de uma política de marketing, ganhou força e se projetou com o ministro Francisco Weffort<sup>2</sup> (CALABRE, 2007, p. 11).

Sob a influência de propostas e de iniciativas de âmbito internacional introduziram-se, mais tarde, medidas culturais baseadas em ideologias libertárias e democráticas no contexto latino-americano. Nesse sentido, ocorreram vários encontros patrocinados pela UNESCO, nos anos de 1970 e 1980, que repercutiram na América Latina (SERFATY,

---

1 Derivam-se desta entidade e do Departamento de Assuntos Culturais o surgimento de secretarias de cultura nos planos estaduais e municipais.

2 O caráter neoliberal dessa iniciativa, em seus efeitos eletizantes, tem sido destacado pela bibliografia, que considera que a gestão do ministro Weffort (1994-2002) foi acompanhada por uma política de estado mínimo, que acarretou enormes dificuldades operacionais (CALABRE, 2007, p. 10-11).

1993; BOTELHO, 2000, p. 89 apud RUBIM, 2007, p. 21). Nesse contexto, o decreto nº 6.177, de 1º de agosto de 2007, ratificou, no Brasil, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que havia valorizado identidades étnicas e culturais em esferas locais, regionais e nacionais. Esse documento entende que interculturalidade “refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo” (BRASIL, 2007).

Nos governos Lula, o setor cultural assume um espaço marcado pelo planejamento e por ações e políticas culturais, distinguindo o produto cultural do serviço cultural (CALABRE, 2007, p. 10). Com a reformulação do Ministério da Cultura, surgiram secretarias que institucionalizaram uma política cultural inovadora, em especial na gestão do ministro Gilberto Gil. Essa gestão reestruturou o MINC (Decreto nº 4.805, de 12 agosto de 2003), criando diversas secretarias e criando significado para a cultura, na esfera pública, marcado pela preocupação em abrir canais de diálogos com a sociedade civil (CALABRE, 2007, p. 11-13).

Ao lado da constituição de uma esfera política-cultural no âmbito federal os estados deram início a iniciativas culturais, baseadas principalmente em incentivos fiscais (QUEIROZ, 2013, p. 106). Nesse sentido, o estado de São Paulo foi pioneiro, criando a Lei nº 8.819/94, de Incentivo à Cultura (LINC), mas que acabou por ser engavetada, por carência de investimentos (QUEIROZ, 2013, p. 107). Somente em 2006 surgiu o Programa de Ação Cultural, e em 2007 o termo PAC passou a ser ProAC, regulamentado pelos decretos nº 51.944 de 29 de junho de 2007 e nº 54.275 de 27 de abril de 2009. Desde o início o Programa de Ação Cultural subdivide-se em ProAC ICMS, que trabalha com incentivos provindos de percentual da contribuição empresarial ao ICMS, e o ProAC Editais, realizado por meio de concursos públicos. Nesses editais pode-se entender: as regras, a linguagem a ser contemplada, o número de projetos selecionados e o valor a ser transferido.

O ProAC publica editais específicos às culturas populares e tradicionais (minorias afrodescendentes, caiçaras, caipiras, indígenas, quilombolas, pirakuaras). No âmbito municipal, a Lei Mendonça (nº 10.923, de 1990), a mais antiga lei de incentivo do país, é pouco atuante com relação à democratização das verbas (QUEIROZ, 2013, p. 112-113).

Após o estabelecimento de projetos sociais, nos anos de 1989, 1990 e 1991, surgiu o Programa VAI (Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais), lançado em 2003, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. A respeito, o Decreto nº 43.823 propõe, em seu artigo 2º, subsidiar financeiramente atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda, a fim de estimular a participação de pequenos produtores culturais no desenvolvimento artístico geral da cidade, promovendo a inclusão cultural. Essa proposta selecionou projetos indígenas, embora o edital não seja específico para essa clientela.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Foram registrados 16 projetos de origem indígena contemplados pelos editais do Programa VAI, entre os anos 2008-2015 (fonte Editais VAI – 2006-2015).

## O PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL INDÍGENA (PROAC INDÍGENA)

Em 2008, o ProAC já era considerado um sucesso, por conta do histórico de mais de 1.000 projetos inscritos em modalidades diversas e incentivados por meio de editais, entre os quais estão registrados 250 aprovados na modalidade mecenato, totalizando um investimento médio de 80 milhões de reais ao ano (QUEIROZ, 2013, p. 108).

Os registros de investimentos e de editais do ProAC Indígena mostram uma oscilação de fundos entre o máximo de R\$400.000,00 (ano de 2012) e o mínimo de R\$60.000,00 (ano de 2007), perfazendo o total de R\$2.646.000,00 (período de 2006-2017).

Quanto ao universo da população indígena do Estado de São Paulo, podemos visualizá-lo na Tabela I.

etnias	n° de aldeia	população
Mbya	15	1857
Nhandeva	7	541
Nhandeva-Mbya	4	792
Terena	1	527
Kaingang Terena	1	155
Kaingang Terena Krenak Fulni ôs; Atikuns,	1	177
Total		4049

Tabela 1 – Caracterização da População Indígena do Estado de São Paulo

Fonte: Diário Oficial Da União, Funai & Isa (2013).

Ocorre que esse registro não considera as etnias indígenas (não aldeadas) do município, as quais vêm adquirindo espaço crescente de legitimidade.

Se levarmos em conta dados registrados no encontro realizado em São Bernardo do Campo e divulgados pela Secretaria de Educação e Cultura desse município, encontraremos alguns registros surpreendentes, como se pode denotar no Quadro 1 registrado.

etnias	população	proveniência	local de moradia
Pankararu	300 famílias	Pernambuco	Favela Paraisópolis
Terena	10 famílias	Mato Grosso do Sul	Zona Norte (SP)
Tuxa	20 famílias	Bahia	S. B. do Campo
Kapinawá	10 famílias	Pernambuco	S. B. do Campo
Atikuns	5 famílias	Pernambuco	Zono norte (SP)
Fulni-ôs	100 famílias	Pernambuco	Grande São Paulo
Kariri-Xocós	60 famílias	Alagoas	Zona Norte (SP)
Pankararés	150 famílias	Bahia	Grande São Paulo
Xavantes	30 famílias	Mato Grosso	São Paulo



Baniwas	10 famílias	Amazonas	São Paulo
---------	-------------	----------	-----------

Quadro 1 – Caracterização da População Indígena do Município de São Paulo

Fonte: Semana dos povos indígenas em São Bernardo do Campo. Secretaria Municipal de Educação 2006.

Diante de um total de 695 famílias registradas, haverá uma população de pelo menos 3 mil indígenas espalhados por várias regiões da Grande São Paulo. Os termos “índios urbanos” ou “índios em situação urbana” aparecem como denominações correntes no universo cultural brasileiro, por meio das quais os índios procuram expressar suas autoidentidades. Tal situação contrasta com a anterior, que indica a concentração de indígenas em aldeias situadas em Terras Indígenas.

No estado de São Paulo, os índios concentram-se no litoral e no Vale do Ribeira, em espaços onde vigoram legislações relativas às Áreas de Proteção Ambiental (APA) e às Leis da Mata Atlântica, tornando-se as populações aí residentes responsáveis pela conservação da diversidade biológica e cultural daquele bioma específico. De volta ao tema do edital em discussão, verificamos que se trata de um documento de convocação, que organiza, de forma clara e institucionalizada, o conjunto de dados, definindo o seu objeto e condições contratuais, com respectivas cláusulas burocráticas. As exigências minuciosas do edital refletem a intrincada burocracia implícita nos projetos submetidos ao ProAC Indígena. A estrutura oficial desse programa ainda compreende uma comissão de seleção, cujas decisões se encontram registradas em atas, que informam sobre os projetos inscritos e, posteriormente, sobre os selecionados, cuja publicação é efetuada pelo *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

O ambiente entre os indígenas participantes do programa é altamente competitivo, uma vez que o número de vagas varia entre os editais, mas sempre em quantidades que se apresentam em franca desvantagem para com os indígenas. Por exemplo, o edital de 2007 propôs vagas para 45 projetos destinados à continuidade das culturas tradicionais, enquanto que, em 2014, ficaram apenas dez vagas para os indígenas, enquanto que a população negra foi contemplada com o dobro dos investimentos e com 40 vagas.

O último edital (2017-2018) deixa transparecer uma tentativa para nivelar as oportunidades para as culturas tradicionais indígena e afro-brasileira. Não obstante, é preciso acrescentar que as notícias sobre a redução das verbas destinadas aos investimentos em projetos culturais são notórias, conforme informou o sociólogo Maurício Fonseca, responsável pelos trâmites e encaminhamentos editoriais, às autoras.

Acrescente-se às dificuldades descritas a exigência de as propostas indígenas serem apresentadas, desde o Edital ProAC nº 24/2017, por meios online. A barreira representada por tal exigência exige apoios de não indígenas para a elaboração e execução dos projetos. Via de regra, os projetos são escritos e enviados com a colaboração de não indígenas, que se dispõem a redigir, encaminhar e acompanhar os projetos, cumprindo todas as exigências

estipuladas pela Secretaria de Cultura.

## PRODUÇÃO CULTURAL SEGUNDO OS TEMAS PRESENTES NOS TÍTULOS DOS PROJETOS SELECIONADOS

Os títulos de projetos registrados nas atas dos quatro últimos anos (2014-2017) representam contextos culturais e étnicos dos povos indígenas paulistas, permitindo uma análise sobre a presença dos indígenas no contexto político do ProAC. Assim, verifica-se que a autoria direta ou indireta é dos indígenas, mesmo que o edital não seja categórico nesse quesito. Raras são os casos em que o proponente é um não índio, a discorrer sobre assentamentos na área indígena. O Quadro 2 auxilia a entender esse processo.

resultado final edital proac			resultado final do edital proac n° 28/2014			n° 24/2015		
2014	projeto	proponente	2015	projeto	proponente			
2014 promoção da continuidade da cultura indígena - edital proac - 28/2014 - R\$ 20.000,00	Xo'o ka'aguy reguá (livro sobre animais da Mata Atlântica)	Danilo Benites	2015 promoção da continuidade da cultura indígena - edital proac - 24/2015 - R\$ 20.000,00	Projeto Nhamandu Rexaká (Brilho do Sol): educação e canto (Guarani Mbya).	Sérgio Macena			
	Ensino e aprendizagem do artesanato tradicional Guarani	Altino dos Santos		"Opy" Casa de Reza Pajé Guaira	Mario Samuel dos Santos			
	Feliz Ano Novo: tempo e renovação na aldeia do Rio Silveira.	Liveis de Lima		Projeto Opy'i (Casa de Reza) Nhanderu omoexaká (o caminho da luz divina)	Venancio de Oliveira			
	Kunhangue Mbya-Mulheres Mbya	Priscila Para Poty Silva		Omombeu ovy Nhandereko: Aldeias Mbya Guarani em Pariquera-Açu	Juliano Cabral Ramires			
	Fortalecimento e revitalização das tradições religiosas	Maurício dos Santos		A Oca sobre o Tataruçu	Cleiton Eugênio Silvano			
	Dicionário audiovisual Guarani Yvy Rupa	Alexandre Ferreira Benites		Contos dos Curumins	Julia Vellutini			
	RAPO	Araju Apolinário Martim		Xo'o ka'aguy reguá	Clarice Honorio Djaxuka Mirim dos Santos			
	Resgate da Palmeira Guarikanga e Construção da cobertura da Casa de Reza (Opy).	Sérgio Macena		opy'i ( a casa sagrada )	Sergio Martins da Silva			
	Nhandé djakaru aty (Nossa Cozinha Tradicional)	Samuel de Oliveira Honório		Nhambopara: trançando com letras e palavras guarani-mbyá	Vitor Fernandes Soares Guarani			

	Construção de Casa de Reza e Cozinha Comunitária	Paraguassu Jorge de Souza Gomes		
--	--	---------------------------------	--	--

Quadro 2 – Projetos indígenas aprovados no período de 2014 e 2015

Fonte: São Paulo, Edital Proac Indígena, 2014-2015.

resultado final edital proac		resultado final do edital proac nº 24/2016		nº 24/2017	
2016	projeto	proponente	2017	projeto	proponente
edital proac - 24/2016 - promoção da continuidade da cultura indígena - R\$ 20.000,00	Ampliação e consolidação do Museu Wowkriwig	Lucilene de Melo	edital proac - 24/2017 - promoção da continuidade da cultura indígena - R\$ 20.000,00	Resistência indígena na cidade; Fortalecendo as expressões do povo Pankararu	Maria Lidia da Silva
	Projeto Educacional com crianças e jovens indígenas: resgatando a identidade e a cultura Pankararu	Deise Mari da Cruz		DZIBUKUA	Rovesio Tenorio Santos
	TABA Y PORANG	Advanildo Pacheco Eugênio		Memória do povo Terena em Arartibá – 100 anos de história de luta e resistência	Elza Lulu Lucas
	Povo Pankaré , cultura e resistência	Lucilene de Sá Santos		T.I na cidade	Thiago Conechu Vara
				Dois povos em uma trilha	Camila Vaiti Pereira da Silva
				“O’yGwatsu – Casa Grande	Jederson Marcolino Simão dos Santos
				“Djaexaa Porã” Olhar para o futuro	Adolfo Timóteo
				Imagens da Nossa Terra	Alexandro Karai Benite
				Xondaro Popygua: Práticas Culturais com o uso do arco e flecha e pintura corporal	Liveis de Lima
				AvaxiEtei, DjetyDjú, ManduviDjú – O alimento sagrado e a preservação das práticas culturais	Ricardo da Silva
		Avaxieteí o milho sagrado guarani	Sérgio Martins da Silva		
		Guyrapa’i	Guaraci Jorge de Souza Gomes		

Quadro 3 – Projetos indígenas aprovados no período de 2016 a 2017

Fonte: São Paulo, Edital Proac Indígena, 2016-2017.

Nessa amostragem, figura com destaque a etnia Guarani Mbya, responsável por 10 projetos em 2014, nove em 2015 e seis em 2017, somando 25 projetos, que representam 70% do conjunto total acolhido nesse período. A motivação étnica dos Mbya concentra-se na construção e fortalecimento da *opy'í*, a Casa de Reza, abrangendo a realização de rituais acompanhados de canto e dança. A presença do canto (*mborai*), que acompanha os rituais da Casa de Rezas, encaminhou-se para a produção de um CD (Projeto de Sergio Macena, 2015).

Em segundo lugar, os projetos visam ao fortalecimento da alimentação tradicional, seja por meio da implantação de roças, principalmente do milho tradicional (*avaxi ete*), ou da construção de cozinhas comunitárias. Na temática, encontram-se igualmente projetos relacionados à confecção de artesanato, a animais silvestres, à terra e à resistência indígena em geral.

## O PROFETISMO GUARANI MBYA

Um desafio importante para que se entenda a conexão entre o sentido da continuidade cultural e o da racionalidade implícita nas políticas públicas consiste em compreender a natureza mítica presente nos projetos. A passagem dos saberes, que se fundamentam nas experiências sensoriais e pessoais ligadas ao verbo *-endu* (ouvir, compreender), *-mbo'e* (ensinar), *-nhembo'e* (aprender) e os regidos pela palavra escrita (*mbopara*), para a racionalidade da proposta política de valorização da diversidade cultural, é um dos aspectos mais importantes a ser verificado.

O *nhandereko* (nosso modo de ser), como foco da visão mítica e cosmológica indígena, está apoiado na concepção religiosa do profetismo e messianismo. A difundida compreensão da existência da Terra Sem Males como origem e finalidade do destino humano explica os alojamentos indígenas litorâneos das regiões Sul e Sudeste. De fato, a proximidade das grandes águas (*paraguassu*) indica os locais de moradia das divindades. Na situação de *Yyee*, águas salgadas, o litoral é propício aos gestos e palavras de passagem dos indígenas, em contato com o mundo sagrado.<sup>4</sup>

Observe-se que a busca contemporânea da Terra Sem Males (*yvy mara e'ỹ*) não tem o mesmo foco dos inícios do século XX, quando populações Mbya migravam do oeste do continente para o leste, em direção à moradia (*ambas*) dos deuses. O messianismo milenarista, que conduz à sobrevivência, renova-se como um ideal de vivência religiosa. Há um desejo coletivo de cultivo dos ideais tradicionais, sob a intensa desvalorização causada pelos civilizados. As palavras e os gestos rituais dos antigos surgem por meio de um deslocamento da busca real e simbolicamente necessária para o convívio divino, através de rituais religiosos (BRANDÃO, 1990; CLASTRES, 1978; MELIÀ, 1990). Os Mbya demonstram uma grande resistência a modificações fundamentais dos sistemas de

<sup>4</sup> Detalhes dessa concepção podem ser vistos em: Borges (1998, 2002); Brandão (1990); Cadogan (1959); Clastres (1978); Godoy (2003) e Melià (1989, 1990).

símbolos e códigos, que organizam o modo de ser “dos antigos” (NOEMI DIAZ, 1985, apud BRANDÃO 1990, p. 65-66). A busca do aperfeiçoamento e o esforço místico coletivo e individual progredem, exigindo que os grandes rezadores possam renovar continuamente o mundo de vivências, eles mesmos constrangidos pela presença e invasão da cultura branca (BRANDÃO, 1990; GODOY, 2003).

A imperfeição presente na transitória vida terrestre, palco da era *teko axy* (era do sofrimento e da imperfeição), define uma história marcada pela falta da ética ancestral. A formação de um tempo sagrado, como da Terra Perfeita, contrapõe-se à imagem de orientação do tempo profano, no qual a terra má (*yyy mba'e megua*), terra dos viventes, aparece como cópia e ameaça à terra sem males.

A condição humana ganha completude e aperfeiçoamento pelas práticas rituais e discursivas, vistas como expressões míticas que se eternizam, capazes de alcançar – verbo – *upity* – (DOOLEY, 1982, p. 212) o divino. É recorrente a presença das palavras sagradas (as *nhee porã*, *ayvu porã*), como a essência dessas práticas. É através da palavra divina que o universo cosmológico impera sobre o social, como o seu princípio e o seu destino final. Escutar e entender as palavras divinas são os meios de realização do ser e da construção da história. As expressões *ayvu, nhe'e*, *ayvu* indicam a palavra, a fala e a língua como a porção divina da alma, *alma-palavra* e *palavra-alma*. Nesse campo, *nhe'e* significa o espírito que os deuses enviam para que se encarne nas criaturas prestes a nascer (CADOGAN, 1959, p. 203). Para completar esse quadro, observe-se que *ery* é o nome através do qual se origina a alma, que se constrói na vida como fluxo e realidade do ser, pois, como diz Melià (1989, p. 306), “para o Guarani, a palavra é tudo e tudo para ele é palavra”. Assim, a vida compromete-se miticamente por meio das experiências da palavra e do dizer, como ato de representação, levando-se em conta que a alma “no es una parte del ser, sino la vida misma como um todo” (CHAMORRO, 1998, p. 49).

Para os Mbya, a identidade não significa apenas um despertar de singularidades, que opõem o eu ao outro, mas como a negação do exterior. A singularidade afirma-se como uma possibilidade que só em si mesma pode existir, o que vem a significar que o outro deve ser definitivamente excluído como ameaça (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 19).

A contextualização de cada projeto reside no universo comunitário da aldeia. Assim, os produtos culturais são valorizados pelo fato de “mostrar quem somos nós” – expressão repleta de sentidos, a indicar uma estranheza dos indígenas defronte a um universo globalizado.

Nesse sentido, é provável que as avaliações dos projetos indígenas pelo ProAC fiquem às margens de expectativas dirigidas a outros contextos e diversidades, nos quais a liderança dos proponentes baseia-se na identificação deles como fatores de coesão e mobilização coletivas. As estratégias políticas exigem dos atores sociais que os projetos culturais tracem as fronteiras organizatórias das diferenças (BARTH, 1998). O caráter de hibridação, o qual, conforme Canclini (2005, 2008), indica combinações de estruturas de

natureza diversificada, surge como central para a compreensão da cultura do civilizado. Língua e tradições étnicas e religiosas situam-se estrategicamente no processo da etnicidade por meio de uma distância estabelecida com o *jurua* (branco), que fortalece as fronteiras sociais e culturais indígenas.

## PROJETOS GUARANI MBYA

Entre os 126 projetos selecionados no Edital ProAC Indígena, ao longo de 10 a 11 anos, encontramos produtos culturais que se tornaram expressões do patrimônio cultural Mbya. Assim, Adolfo Timóteo, líder religioso e cacique da Aldeia do R. Silveira, obteve prêmios em três projetos: 1. *Mbaraete Nhande Reko*. Fortalecer a cultura Guarani (Edital 14/2010); 2. DVD do lançamento do CD *Nande Arandu Pygua*. Memória Viva Guarani (Edital 06/2007); e 3. “*Djaexaa Porã*”. Olhar para o futuro (Edital 24/2017). Esses projetos tiveram, como uma das consequências positivas, a divulgação da cultura Mbya, por meio do CD *Nande Arandu Pygua*, um documento integrante do patrimônio cultural, que teve grande divulgação, principalmente, em várias aldeias Guarani. Há mesmo trabalhos acadêmicos que se apoiam nesse CD e em outros, para analisar a riqueza dos cânticos e instrumentos sagrados dos Mbya (GODOY, 2013; GODOY; CAMPOS, 2015, 2017).

Esta análise poderia ser estendida a temas relativos a cânticos, rezas e alimentos, como exemplos de um universo simbólico, que abrange: instrumentos musicais (*mba'e pu*), práticas medicinais, artesanatos, ritual xondaro e brincadeiras infantis. Há narrativas que demonstram sentimentos de coesão, expressivos de uma memória viva e construtora da identidade coletiva e étnica dos indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão das políticas públicas da Secretaria de Cultura do estado de São Paulo, por meio dos editais ProAC, contextualizada nas políticas de inclusão, torna-se essencial para o entendimento de valores culturais, ligados à cidadania e à emancipação social. Os projetos do ProAC Indígena não obedecem a compromissos de inclusão cultural, mas são antes marcados pela interculturalidade e autonomia, no âmbito dos quais os saberes ganham materialidade como patrimônio histórico peculiar, sempre recriado com originalidade.

Embora vários editais deixem explícitas metas de inclusão cultural, os projetos aprovados acabam por registrar valores tradicionais e míticos dos Mbya, assinalando tendências de reconstrução da memória e da tradição como um caminho que leva a um desempenho étnico desejável. As experiências aqui descritas e a distância existente de fato entre a etnicidade Guarani Mbya e as políticas públicas de inclusão demandam um esforço diferenciado para que o investimento em projetos espelhe com fidelidade a posição dos indígenas como defensores legítimos de sua cultura.

De qualquer forma, as estratégias em jogo na atualidade estão longe de dispensar a originalidade e o empenho simbólico com todos aqueles que se dispõem a abraçar a causa indígena no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Fragmentos do discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-24.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 1998. p. 185-228.

BATISTA, A. P. *Políticas públicas de cultura: Estado de Goiás*. [S.l.: s.n], [20--?].

BORGES, L. C. *Fala Instituinte do Discurso Mítico Guarani Mbya*. 1998. 375 f. Tese (Doutor em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

BORGES, L. C. Os Guarani Mbya e a Categoria tempo. *Revista Tellus*, Campo Grande, v. 2, n. 2, 2002.

BOTELHO, I. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 74, 2001.

BOTELHO, I. Políticas Culturais: discutindo pressupostos. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 171-180.

BRANDÃO, C. R. Os Guarani: índios do Sul. Religião - resistência e adaptação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 53-90, 1990.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_06.06.2013/art\\_215\\_.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_06.06.2013/art_215_.shtm)>. Acesso em: 12 dez. 2014

BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *FUNAI e ISA*. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 ago. 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.177, de 1º de Agosto de 2007. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 ago. 2007.

CADOGAN, L. *Ayvu Rapyta*. Textos míticos de los Mbya Guarani del Guairá. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1959.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007. Salvador. *Anais...* Salvador: ENECULT, 2007.

CHAMORRO, G. *A espiritualidade Guarani: uma teologia ameríndia da palavra*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

CLASTRES, H. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CUCHE, D. *A noção da cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

DOOLEY, R. A. *Vocabulário do Guarani*. Brasília, DF: Summer Institute of Linguistics. 1982.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

GODOY, M. G. G. *Teko axy: o misticismo Guarani Mbya na era do sofrimento e da imperfeição*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

GODOY, M. G. G. A música e a dança Guarani Mbya como recursos de cidadania e identidade étnica. In: Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 4., 2013. *Anais...* São Carlos: UFSCAR. 2013. v. 1.

GODOY, M. G. G.; CAMPOS, A. L. A. Renovação da Casa de Reza (*opy*) em aldeias Guarani Mbya: imaginário e xamanismo. In: Congresso Internacional do CRI2I. Porto Alegre: Congresso Internacional do CRI2i2015, 2015. v. 1.

GODOY, M. G. G.; CAMPOS, A. L. A. Imaginário e representações míticas: as belas palavras (*ayvu porã*) dos cantos divinos (*mborai*) Guarani Mbya. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, jul./dez. 2017.

GUARDIÕES GUARANI. *Kyringue Nhembovy'a*. São Sebastião: Aldeia R. Silveira. 2011. 1 CD.

NHANEREMBI'U Ete'ï. *Nosso Alimento Tradicional*. Produção de Giselda Pires Lima. São Paulo: [S.n], 2008. 1 DVD.

MELIÀ, B. A experiência religiosa guarani. In: MANZAL, M. M. et al. *O rosto índio de Deus*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. p. 293-357. (Coleção Ecologia e Libertação).

MELIÀ, B. A terra sem mal dos Guarani – economia e profecia. FFLCH- USP, *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, 1990. p. 33-46, (La tierra sin mal de los Guarani – Paraguai. Brasil, datilografado, 1987).

MEMÓRIA VIVA GUARANI. *Ñande Reko Arandu*. São Paulo: Instituto Teko Arandu. 1998. 1 CD. (ca. 73 min).

MENSAGEIROS GUARANI. *Cânticos Sagrados da Aldeia Guarani Rio Silveira*. São Sebastião: Aldeia R. Silveira. Associação Comunitária Indígena Guarani Tjeru Mirim Ba'e Kuaa'ï. 2008. 1 CD.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro, 2008.



ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS – OIT. Convenção nº 169 da Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho. Rio de Janeiro, 2011.

QUEIROZ, I. A. As leis de incentivo à cultura em São Paulo: panorama estadual e municipal. *Pensamento & Realidade*, São Paulo, ano 16, v. 28, n. 7, 2013.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007, p. 11-36.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 54.275, de 27 de abril de 2009. Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, que instituiu o Programa de Ação Cultural - ProAC. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 2009.

SÃO PAULO (Estado) Decreto nº 51.944 de 29 de junho de 2007. Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2007.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 54.883, de 27 de fevereiro de 2014. Confere nova regulamentação à Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 15.897, de 8 de novembro de 2013, que institui duas modalidades de apoio às atividades artístico culturais no Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - vai, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 fev. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 58.041, de 20 de dezembro de 2017.

Regulamenta a Lei nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-Mac e dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 43.823, de 18 de setembro de 2003. Regulamenta a Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para a Valorização de iniciativas Culturais (VAI), no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 set. 2003.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 19/2006. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 06/2007. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 09/2008. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 10/2008. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 09/2009. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 14/2010. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 19/2011. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 25/2012. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 31/2013. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 28/2014. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 24/2015. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 24/2016. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 24/2017. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 8.819, de 10 de junho de 1994. Cria o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, institui o Conselho de Desenvolvimento Cultural, e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 11 jun. 1994.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990. Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do Município de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 dez. 1990

SÃO PAULO (Estado). Lei 12.268 /2006. Institui o Programa de Ação Cultural - PAC, e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 21 fev. 2006.

SÃO PAULO (Estado). Semana dos Povos Indígenas em São Bernardo do Campo. *Boletim Informativo*, 2006.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abrigos de bondes em Salvador 109  
Art déco 109, 110, 111, 113, 114, 116, 121  
Arte 1, 2, 16, 22, 23, 24, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 72, 74, 75, 85  
Arte brasileira 44, 45, 49  
Arte e cultura 1  
Atualidade 15, 67, 98, 131

### B

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 76, 77, 85  
Benedura 3, 4, 13, 14  
Benção 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13  
Bienal 44, 45, 49, 50, 51, 52, 54  
Bienal de São Paulo 44, 49, 50, 51, 52, 54  
Bienal Incerteza Viva 44, 50, 52

### C

Cancioneiro feminino 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 132  
Canções da Belle Époque 122  
Cinema 58, 71, 72, 73, 74, 75  
Conservação da cultura folclórica 15, 25  
Cultura 1, 3, 5, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 25, 30, 41, 45, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 84, 85, 86, 99, 107, 121, 127, 128, 132, 133  
Cura 3, 5, 6, 9, 13, 14

### D

Desenvolvimento social 87, 90  
Desporto aquático 87, 88  
Deus 3, 7, 8, 9, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 68  
Divino 3, 4, 5, 33, 34, 64, 65

### E

Educação adaptada 87  
Educação não formal 87, 88  
Emmanuel Lévinas 27, 38

Enfermaria 1

Enfermaria de pediatria 1

Estado de Alagoas 15, 16, 18, 19, 22, 24

Exclusão 21, 83, 85, 87, 89, 91, 95, 105, 106, 107, 128, 129, 133

Experiência formativa 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Expressionismo alemão 71, 75

## **F**

Formação de psicólogos 95, 103

## **G**

Grupo Arte Única 1, 2

Guerreiro 15, 16, 19, 21, 22, 25, 26

Guerreiro Alagoano 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

Guerreiro São Pedro Alagoano 15, 22, 25

## **H**

Hospital de Clínicas da Unicamp 1

Humanização 1, 2

## **I**

Inclusão 55, 59, 66, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 119, 131

Influência 13, 25, 46, 47, 58, 82, 113

Interior da Amazônia 3, 4, 5, 6, 9, 13

## **J**

Jacques Derrida 27, 34

Jorge Menna Barreto 44, 45, 50, 52

Juventude pobre 95, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108

## **L**

Linguagens arquitetônicas 109, 111

## **M**

Maceió 15, 19, 22, 25

Manifestação 15, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 32, 73

Manifestação artística 15, 24

Manifesto Pau-Brasil 44, 51

Meio-ambiente 44, 45, 47, 51, 52

Memória 15, 22, 24, 25, 27, 38, 58, 63, 66, 68, 101, 109, 113, 123, 132

Mulheres compositoras 122

## **N**

Neocolonial 109, 110, 111, 112, 121

Novas tecnologias 44, 45, 49, 50, 52, 111

Novo trabalhador 76

## **P**

Pará 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133

Pediatria 1

Pessoa com deficiência 92, 93

Políticas públicas 25, 55, 56, 57, 64, 66, 67, 77, 83, 84, 86, 89, 94, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 107

Práticas de exclusão social 95

ProAC Indígena 55, 56, 57, 60, 61, 63, 66, 69, 70

Projeto Vivências Culturais 1

Psicólogos 95, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107

## **R**

Reolhar do medo 71

Representações sociais 95, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108

## **S**

Sagrado 3, 4, 5, 6, 7, 13, 34, 40, 49, 63, 64, 65

Simbologia 6, 7, 8, 9, 13

Sociedade 3, 5, 15, 16, 17, 18, 23, 25, 50, 52, 56, 59, 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 131

Sociedade brasileira 76, 77, 105

Sulpício 27, 29, 31, 36, 39, 40

## **T**

Teatro Municipal de São Paulo 44, 46

Tradução cultural 27

## **W**

Walter Benjamin 27, 32, 33, 34, 36, 76, 77

## Z


Zeca Andorinho 27, 29, 31, 35, 36, 37, 39, 41

# CULTURA, SOCIEDADE E MEMÓRIA:




Manifestações e influência na atualidade

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

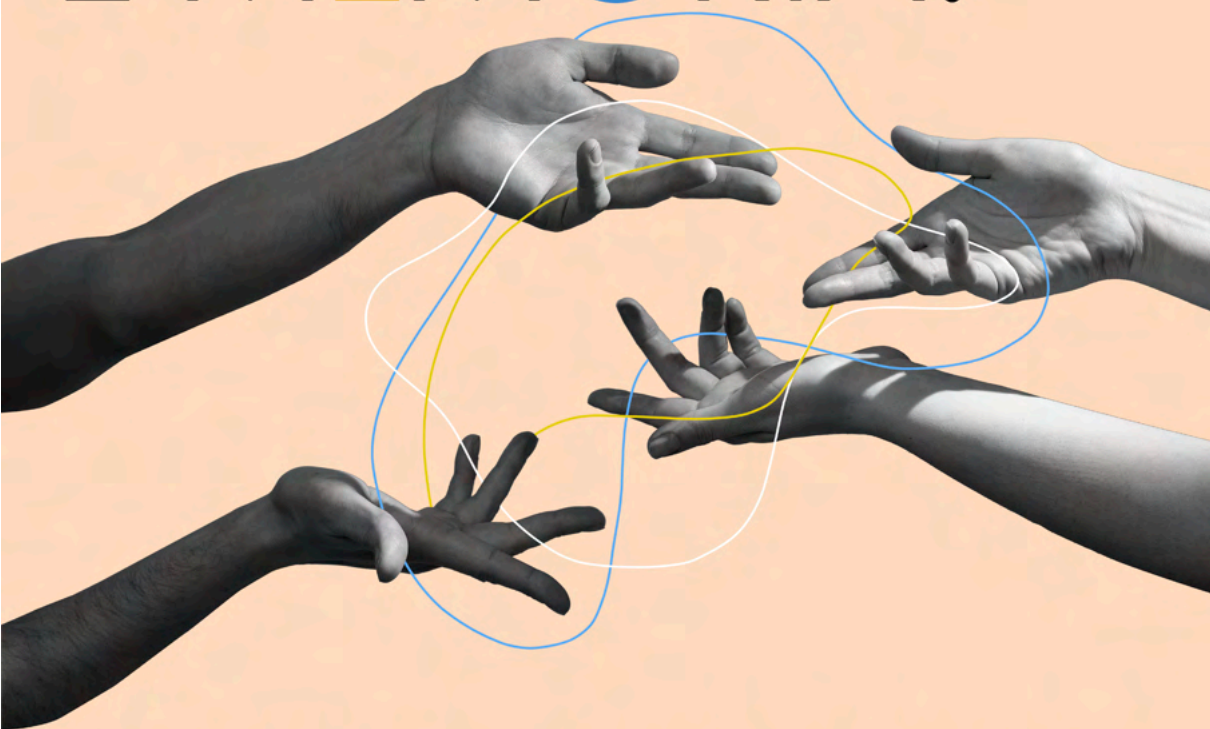
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora


Ano 2021

# CULTURA, SOCIEDADE E MEMÓRIA:




Manifestações e influência na atualidade

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021